

PENSANDO A IDENTIDADE NEGRA: relato de experiência de uma oficina com professores e alunos da graduação

ITALO SOUZA LIMA
Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC

LAVINIA BRASILINO DE MORAES
Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC

TAISE BALBINA DOS SANTOS COUTINHO
Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC

RESUMO: Este trabalho é um relato de experiência de uma oficina desenvolvida no ano de 2024, durante o “I SEMINÁRIO NACIONAL DO OUTRO LADO DA MARGEM: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia – I DOLM”, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O objetivo da oficina foi discutir sobre práticas pedagógicas que podem contribuir para a construção positiva das identidades de crianças negras pós-pandemia. Para tanto, foram desenvolvidas diversas estratégias metodológicas para alcançar tal objetivo, dentre elas musicalidade e atividades artísticas. Afirmamos que esse momento contribuiu para a nossa formação enquanto pesquisadores e profissionais da educação, desde o planejamento das ações até o desenvolvimento das mesmas junto aos cursistas. Nos possibilitou refletir sobre a Lei 10.639/03, não só no sentido de nos questionarmos sobre o seu não cumprimento, mas o porquê isso aconteceu e buscar meios de construir essa efetivação. A oficina cumpriu também o seu objetivo junto aos cursistas e isso ficou claro a partir das discussões que foram feitas.

4313

Palavras-chave: Formação de Professores. Relações Étnico-Raciais. Educação Antirracista.

ABSTRACT: This work is an experience report of a workshop developed, in the year 2024, during the “I NATIONAL SEMINAR ON THE OTHER SIDE OF THE MARGEM: challenges and propositions in confronting social inequalities in childhood during a pandemic – I DOLM”, at the State University of Santa Cruz – UESC. The objective of the workshop was to discuss pedagogical practices that can contribute to the positive construction of the identities of black children post-pandemic. To this end, several methodological strategies were developed to achieve this objective, including musicality and artistic activities. We affirm that this moment contributed to our training as researchers and education professionals, from planning actions to developing them with course participants. It allowed us to reflect on Law 10,639/03, not only in order to question ourselves about its non-compliance, but why this happens and seek ways to build this implementation. The workshop also fulfilled its objective among the course participants and this was clear from the discussions that were held.

Keywords: Teacher Training. Ethnic-Racial Relations. Anti-Racist Education.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um relato de experiência de uma oficina desenvolvida, no ano de 2024, durante o “I SEMINÁRIO NACIONAL DO OUTRO LADO DA MARGEM: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia – I DOLM”, na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que discutiu aspectos em torno da temática proposta de “Impactos da pandemia nas infâncias brasileiras e desigualdades sociais”. O objetivo da oficina foi discutir sobre práticas pedagógicas que podem contribuir para a

construção positiva das identidades de crianças negras pós-pandemia. Para tanto, foram desenvolvidas diversas estratégias metodológicas para alcançarmos esse objetivo, dentre elas musicalidade e atividades artísticas.

A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas escolas. A Lei completou 20 anos de promulgação, contudo, apesar do seu caráter mandatório, segundo uma pesquisa realizada pelo Portal Geledés em parceria com o Instituto Alana, apenas 26% das secretarias educacionais têm efetivado a Lei. As principais causas, segundo Régis e Basílio (2018) têm a ver com a falta de recursos financeiros de acompanhamento dessa política pública por parte da União, Estado e Municípios, e a necessidade de formação inicial e formação continuada dos(as) professores(as) e dos(as) gestores(as), desarticulação do enfrentamento das situações de racismo em nível nacional e educacional.

Portanto, ações voltadas para pensar uma formação inicial que discuta e busque efetivar uma educação antirracista são de extrema importância. A oficina teve duração de 2 horas e contou com a participação de 6 estudantes. Sendo eles, 1 homem e 5 mulheres, todos de cursos de licenciaturas. Reconhecemos que o número é quase que incipiente, contudo, foram realizadas profícuas discussões e tivemos um feedback satisfatório dos participantes para pensarem as suas práticas pedagógicas atuais e futuras.

Nos subtemas a seguir buscaremos refletir um pouco sobre a formação de professores e a Lei 10.639/03. Na metodologia, será explicado o passo a passo de como ocorreu a oficina. Posteriormente, serão apresentados os resultados e as discussões. E por fim, realizaremos algumas considerações acerca de tudo.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Na história da educação no Brasil, desde o início e até hoje, as práticas escolares são pautadas sob a visão eurocêntrica, exaltando o homem branco, hétero e cristão. A cultura, história e saberes dos povos africanos e indígenas são praticamente inexistentes e, quando aparecem, são retratados como povos inferiores e subalternos, fatos que contribuem para a perpetuação de uma sociedade estruturalmente racista, com danos irreparáveis para aqueles e aquelas que sofrem esse tipo de discriminação. “Só os pretos dessa sociedade racista contemporânea sabem e sentem na pele o quanto a colonialidade tem um efeito genocida sobre nosso corpo e nosso povo” (Borges, 2022, p.99).

Diante deste agravante, percebe-se a relevância de debates sobre a temática antirracista, principalmente na área educacional, já que os professores e professoras contribuem com a formação de outro indivíduo. Há um longo caminho a ser percorrido, mas as pesquisas têm avançado nesse sentido. Candau e Oliveira (2010, p.16), explicam que “os estudos sobre relações étnico-raciais vêm se projetando no espaço acadêmicos nos movimentos sociais a ponto de interferir de forma concreta em políticas públicas e ações governamentais.”

Além de estudos e debates sobre a temática, é fundamental que haja na formação dos professores e professoras a inserção de reflexões e caminhos para uma educação antirracista a fim de estagnar a reprodução de uma prática em que o protagonismo branco é exaltado e em que as crianças descendentes dos africanos e indígenas se sintam inferiorizadas. O que vem acontecendo ao longo da história é que os jovens da classe dominada não se sentem valorizados, negando sua identidade pois vão interiorizando que são irrelevantes, como destaca Paulo Freire (2005, p.175) “na medida que os invadidos vão reconhecendo-se ‘inferiores’ necessariamente irão reconhecendo a ‘superioridade’ dos invasores. Os valores destes passam a ser a pauta dos invadidos.”

Para uma educação antirracista eficiente faz-se necessário que os professores e professoras tenham em sua formação e práticas em sala de aula, criticidade e reflexão, que entendam e valorizem o poder de conhecer as narrativas dos povos que foram silenciados e não reproduzam para seus educandos e educandas as condutas padronizadas e eurocentradas, colaborando para as questões racistas na sociedade, como destaca Gonçalves (2007, p. 501) “o desconhecimento das experiências de ser, viver pensar e realizar de índios, de descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, faz com que ensinemos como se vivêssemos numa sociedade monocultural.”

METODOLOGIA- CAMINHOS PERCORRIDOS

A oficina se desenvolveu por meio de três momentos. O primeiro deles foi uma roda de música, onde foi apresentada a canção infantil criada pelo professor Allan de Souza, conhecido artisticamente como Pevirguladez. A música em questão, denominada “O meu cabelo é bem bonito”, trata acerca de aspectos da diversidade em sala de aula, a partir dos diferentes tipos e texturas de cabelo.

A escolha por dar início à oficina dessa maneira deveu-se ao fato da proposta lúdica recomendada pelo evento. Assim, à música foram acrescentados instrumentos de corda, como o violão, e de percussão como a meia lua e chocalho. Através da canção, tratamos

recreativamente sobre o respeito à diversidade, bem como a liberdade dos educandos, e dessa maneira, apontando uma prática que foi bastante eficiente na pandemia e que continua contribuindo na construção de identidades negras até hoje.

O segundo momento foi uma atividade artística, os participantes deveriam usar os materiais dispostos na sala como: lápis de cor, tinta, pincel e outros, para desenharem seu autorretrato. Esse momento foi de extrema importância, baseados nos princípios norteadores da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNRR), pois poderia influenciar na criação de estratégias de consciência política e histórica da diversidade, “à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (BRASIL, 2004).

Além do mais, buscou-se incentivar o fortalecimento das identidades tendo como objetivo o “desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de história pois incentiva o fortalecimento das identidades e de direitos que tem como um dos objetivos o “desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida e o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas” (BRASIL, 2004).

Por fim, fizemos uma roda de conversa, todos puderam compartilhar em grupo de 3 pessoas os seus desenhos e depois com a sala toda. De acordo com Mélo et al., (2007), as rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática (selecionada de acordo com os objetivos da pesquisa) e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Respeitando a forma de cada um se expressar e levando a refletir em conjunto sobre determinado assunto. Além do diálogo, contamos com o apoio visual de uma apresentação no Power Point, com o intuito de dialogar sobre racismo nas escolas, currículo para as RER e educação antirracista.

Ao todo realizaram a oficina 6 estudantes de distintos cursos. A maioria dos cursistas eram do sexo feminino, curso de licenciatura em letras e biologia e pessoas negras (somando pardos e pretos). Dois dos participantes eram brancos, o que tornou a discussão ainda mais rica, uma vez que, precisamos também discutir dentro das questões raciais os privilégios e o pacto da branquitude (Bento, 2022) junto com as pessoas brancas. E apenas um dos cursistas era do sexo masculino, evidenciando o perfil dos estudantes em licenciatura que as pesquisas apontam, ou seja, poucos discentes do sexo masculino (Freitas, 2019). As pessoas que desejaram

participar da oficina se inscreveram previamente no evento. Todos os nomes e rostos serão preservados, exceto dos pesquisadores, a fim de manter a ética da pesquisa e o respeito individual sobre a identidade de cada participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Primeiro momento

Enquanto a oficina não havia sido iniciada, os/as participantes foram acolhidos/as ao som de músicas de intérpretes negros e negras e/ou com letras que tratassem da temática, trazendo reflexões e/ou engrandecendo e empoderando a pretitude. Para exemplificar temos as músicas: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira e “Eu sou”, de Washington Duarte.

Na apresentação dos/as ministradores/as da oficina, pudemos falar brevemente sobre a nossa trajetória pessoal, profissional e acadêmica justificando o que nos motivou a pesquisar sobre a temática das RER. Além disso, tentando contrapor as decorações padronizadas e eurocentradas que há na maioria dos espaços, ornamentamos a sala com acessórios que nos remetessem ao continente africano: utilizamos tecidos com imagens de bonecas africanas e personalidades negras que se destacaram em nossa sociedade; cerâmicas de africanas, papel de parede com mapa do continente africano; além da exposição de diversos livros que tratam da temática antirracista, que empoderam, possibilitam conhecimento, reflexões e, sobretudo, que enaltecem a população negra. Dentre os livros expostos, podemos destacar: O movimento Negro Educador, de Nilma Lino Gomes; O avesso da pele, de Jeferson Tenório; Tornar-se Negro, de Neusa Santos Souza; Infâncias Negras, de Marlene de Araújo e Nilma Lino Gomes; Ciberxirê - Redes Educativas e o Ciberativismo da Juventude De Terreiro da nação Ijexá, de Luzi Borges, entre outros.

Após o acolhimento e apresentação, expusemos a música infantil “O meu cabelo é bem bonito”, de autoria de Allan de Souza, professor da Educação Infantil da rede municipal do Rio de Janeiro, eis um trecho da música “muitos formatos, vários cabelos, não tenha medo, se olhe no espelho ele representa a nossa identidade, ninguém vai tirar a minha liberdade” (SOUZA, 2022). A letra da música fala sobre respeito e valorização dos diferentes tipos de cabelos. A música viralizou nas redes sociais no período pandêmico e pode ser utilizada para trabalhar a autoestima, fortalecer a identidade e empoderar as crianças. Para Berth (2019), “os cabelos são um importante elemento estético de autoafirmação e de cultivo de amor à própria imagem, sobretudo para mulheres, sejam elas da etnia que forem” (p.72).

Nessa perspectiva, os/as participantes receberam a letra da música impressa e, fomos alterando os nomes das pessoas que aparecem na música, pelos nomes das pessoas que estavam participando da oficina, tentando fazer uma correspondência entre a característica do tipo de cabelo exposto na música, com o tipo de cabelo de cada participante. Desta forma, a letra da música ficou condizente com a particularidade de cada um (a).

Após se familiarizar com a letra escrita, todos/as envolvidos/as, cantaram a música, se reconhecendo tanto pelo seu nome quanto por sua característica nela representada, possibilitando que refletissem e sentissem o que poderia ser trabalhado com as crianças na tentativa de empoderá-las, fortalecê-las e enaltecer suas particularidades. Na foto 1, a seguir, é possível verificar como foi a ornamentação da sala e a acolhida dos participantes. No chão foram dispostos materiais artísticos, no quadro um mapa do continente africano, retratando um pouco da fauna e flora e na mesa vários livros:

Foto 1: Ornamentação da sala e acolhida



Fonte: Arquivo Pessoal.

2. Segundo momento

Com o objetivo de discutir sobre identidade, a partir de uma atividade prática, foi proposto aos participantes da oficina que fizessem um autorretrato, usando os materiais dispostos na sala como, lápis de cor, tinta, pincel, canetinha, folhas secas, barbantes e outros, eles poderiam usar a criatividade. Pensando em uma formação antirracista, faz-se necessário que o sujeito primeiro reconheça sua própria identidade de forma segura e fortalecida,

principalmente se essa pessoa for negra, para então contribuir com a construção de outros indivíduos, dos seus futuros alunos em sala de aula.

A identidade não é algo permanente e imutável, pelo contrário vai se construindo aos poucos, a partir das relações estabelecidas com o meio e com o outro. As violências produzidas pelo racismo fazem com que as pessoas negras tenham a construção da sua identidade roubada, enquanto, as pessoas brancas se mostram confortáveis em sua condição de brancas e raramente explicitam o desejo de ter outra cor de pele ou outro tipo de cabelo, isso desde crianças (Braga, 2016; Santiago, 2019; Silva, 2022). Cientes disso, é preciso pensar formações iniciais e continuadas, instituições de educação básica, que ajudem a criança negra, o adulto negro, a construir padrões positivos sobre ser negro, isso só é possível por meio de uma postura de práticas antirracistas.

A reafirmação das características negras como algo belo e merecedor de elogios é um passo importante para a construção de uma identidade positiva das pessoas negras. Ana Carolina Bustamante Dias Souza (2019), buscou compreender em sua pesquisa, como ocorriam as relações étnico-raciais na escola e na família de um grupo de crianças da educação infantil. Em um dos momentos da pesquisa, durante a contação de história do livro “A Princesa e a Ervilha”, uma criancinha comentou que achou a personagem do livro um pouco estranha, pois nunca tinha visto uma princesa com o cabelo para o alto (a princesa é negra). Durante as suas observações ela constatou que a partir de um trabalho da professora com a Lei 10.639/03 e a contação de história com personagens negros, as crianças foram confrontando as características socialmente vista como belas e construindo concepções acerca dos papéis sociais atribuídos aos negros.

Os participantes da oficina não tiveram problemas para se auto retratar. As mulheres, em sua maioria de cabelo cacheado, usaram a criatividade para representar a beleza dos cabelos e das ondas dos cachos. Na foto 2, é possível observar uma das representações:

Foto 2: Atividade Artística (autorretrato)



Fonte: Arquivo Pessoal

A participante da foto 2 fez o cabelo cacheado e agregou outros elementos ao cabelo desenhado, como folhas e flores. Em seu relato do desenho, ela reflete:

4320

Participante 1: “na minha infância eu sempre tive o cabelo grande, só que ele era um ondulado, falso liso, as pessoas me chamavam de cabelo de vassoura, minha mãe não sabia cuidar, não tinha a variedade de produtos que tem hoje no mercado (pausa) Teve um tempo que eu alisei, agora não, cortei, amo meu cabelo e hoje eu entendo que o que eu sofria era um tipo de racismo, né?” (relato extraído das anotações dos pesquisadores- 14/03/2024).

Resultados encontrados, durante a pesquisa de Aline de Oliveira Braga (2016), mostraram que os cabelos crespos das meninas e meninos negros eram vistos como um marcador de uma identidade negativa, associado ao trabalho de pentear nas Instituições de Educação Infantil. Com relação aos meninos negros, eram destinados o rótulo de “valentões”, “furacão”, “danados”, mesmo que os comportamentos desses pequeninos não fossem diferentes do de outras crianças da mesma idade. Tudo isso para dizer que, desde muito cedo as pessoas negras são submetidas a estereótipos criados por terceiros, isso influencia na construção da sua identidade e se arrasta até a vida adulta. Dessa forma, é importante desenvolver ações educativas que fortaleçam a identidade negra em todas as idades.

3. Terceiro momento

No último momento, inicialmente dividimos a sala em dois grupos. A proposta era refletir as potencialidades desta atividade na educação básica, sendo as questões que moveram o momento: a) “como você se sentiu ao fazer o autorretrato?”, e b) “de que maneira essa atividade contribuiria para a construção da identidade dos educandos?”. Além destes pontos, a discussão nos levou a nos questionar “como construir identidades/histórias negras positivas?”. Depois desse diálogo em grupo, foi aberta uma única roda de conversa, com todos os participantes, para que relatassem aquilo que haviam conversado em grupo.

Todos os participantes aprovaram a atividade e pontuaram sua contribuição na construção do processo identitário. Dentre os comentários, destacam-se a maneira como a “cor de pele” antigamente era representada pelo lápis “rosa clarinho”. Atualmente, por sua vez, a partir das pressões estabelecidas pelas discussões étnico raciais, já existem lápis cujas cores estão mais próximas do real, abrangendo desde tons mais escuros até os rosados e amarelados. A respeito disso, Fernandes *et al.*, (2022, n.p) destacam como os profissionais da educação têm papel preponderante na superação de práticas com vieses racistas. A utilização de uma única cor de lápis para representar o universo presente em sala de aula trata-se de um ato opressor que rejeita a diversidade da sociedade brasileira. Fato este que não foge à atuação do racismo estrutural, inferiorizando e muitas das vezes apagando as identidades.

4321

No seio da discussão do racismo estrutural, outro comentário foi feito por uma das participantes e que também nos chamou a atenção. A participante 2 refletiu o seguinte:

Participante 2: *“Quando era criança costumava me imaginar como eu seria no futuro quando fosse uma mulher mais velha e, todas as vezes que esse pensamento surgia, a figura que aparecia em meus pensamentos era de uma mulher branca, alta, magra e com cabelo liso. Não sei o que acontecia, eu nunca conseguia me ver como uma mulher negra além disso eu costumava desenhar, sempre amei desenhar pessoas com roupas diversas (meu sonho era ser estilista de moda), porém, quando desenhava, as modelos que usavam as roupas eram sempre magras e brancas também e com cabelos lisos, nunca conseguia desenhar outros tipos. Quando fiquei mais velha isso começou a me incomodar e comecei o desafio de tentar me desenhar e desenhar modelos gordinhas, negras com cabelo crespo cacheado. Foi uma tarefa difícil começar a me desenhar, porque primeiro eu precisei ter segurança e saber quem eu era para conseguir transferir para o papel minhas impressões.”* (relato extraído das anotações dos pesquisadores- 14/03/2024).

O comentário destacado acima, assim como outros falados, fez com que refletíssemos acerca de como os sujeitos históricos negros e negras são representados nas histórias ilustradas nos livros didáticos e de como isso interfere na formação das identidades. Eles são exemplos de força ou estão na posição de subjugados e subservientes? São protagonistas ou coadjuvantes? Estes aspectos aproximam ou afastam os educandos dependendo da maneira com que são apresentados.

Tratar de questões étnico raciais nos leva a recordar de situações e violências sofridas, por conta disso, neste último momento, tentamos acolher os estudantes, indicando possibilidades de mudanças. Para tanto, frisamos a necessidade de cuidado na representação das diferenças, no sentido de sempre questionar suas relações sociais e históricas, bem como os significados gerados a partir delas. Além disso, evidenciamos o papel da reflexão, da resistência e a (re)existência. Na última foto a seguir, a foto 3, aparecem todos os participantes da oficina, cada um segura seu autorretrato, os que não estão com o rosto coberto, são os pesquisadores que realizaram a oficina.

Foto 3: Registro Final da Oficina



Fonte: Arquivo Pessoal

Considerações Finais ou Conclusão

Afirmamos que esse momento contribuiu para a nossa formação enquanto pesquisadores e profissionais da educação, desde o planejamento das ações até o

desenvolvimento das mesmas junto aos cursistas. Nos possibilitou refletir sobre a Lei 10.639/03, não só no sentido de nos questionarmos sobre o seu não cumprimento, mas o porquê que isso acontece e buscar meios de construir essa efetivação. A oficina cumpriu também o seu objetivo junto aos cursistas e isso ficou claro a partir das discussões que foram feitas. Tivemos um *feedback* positivo nesse sentido e o maior deles diz respeito a entender o que é o racismo e como a atitude individual e coletiva de cada um pode contribuir para superá-lo dentro do espaço escolar.

Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 1ªed. 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRAGA, Aline. Solta o cabelo! : etnografia sobre o cabelo crespo como marcador de identidade étnico-racial entre crianças negras da educação infantil. **Dissertação** (Mestrado), 2016.

BRASIL. **Regimento Geral**. Universidade Estadual De Santa Cruz – Uesc. Publicado No Diário Oficial Do Estado da Bahia nº 19.110, de 26 de abril de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 set. 2023

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista Belo Horizonte, v.26, n.0, p.15-40, abril, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Allana da Silva. **“Protótipo do rapaz atual”: identidades masculinas em Feira de Santana (1960- 1968)**. Monografia apresentada na Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVA. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set/dez. 2007.

BORGES, Luzineide Miranda. **Ciberxiré: redes educativas e o ciberativismo da juventude de terreiro da nação Ijexá**. 1. ed. Curitiba, 2022.

REGIS Kátia e BASÍLIO, Guilherme. **Currículo e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 33-60, 2018.

SANTIAGO, Flavio. Eu quero ser o sol! crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção. São Carlos: Pedro & João Editores, 154p. **Dissertação** (Mestrado), 2019.

SILVA, Kátia. Representações sociais de crianças sobre corpo negro e cabelo crespo: relações étnico-raciais na Educação Infantil. **Dissertação** (Mestrado), 2022.

MÉLLO, R. P. et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa.** Psicologia e Sociedade, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

SILVA, S. R. S.; GÓIS, D. M. ; SANTOS, J. C. P. ; NASCIMENTO, L. . **Da Lei ao ensino: Dificuldades e desafios de aplicar à Lei 10.639/03.** In: III CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal-RN. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Acadêmicos, 2016. v. V. 1.

SOUZA, Ana Carolina Bustamante Dias. A identidade étnico-racial da criança: um olhar para os imaginários presentes em um ambiente escolar. **Dissertação** (Mestrado), 2019.

TORRES, S. A.; BULHÕES, L. S. **A Lei nº10; 639/2003 e o currículo afrocentrado: desafios e possibilidades da educação para as relações étnico-raciais.** In: Anais do IV Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas. 2015

FERNANDES, L. R. S.; RIBEIRO, M. C. P. ; JESUS, L. D. C. ; Pintando o futuro: (re)significando o lápis ?cor de pele?. Anais do XVIII Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira. 2022;